



Caros Leitores, Caras Leitoras

Bem-vindas, bem-vindos à 46ª edição do Boletim VIVAT.

Neste número, destacamos algumas das principais iniciativas de VIVAT, tais como, tratar do problema, tão amplamente difundido, da mineração e da proteção aos Quilombolas do Vale do Ribeira, no Brasil.

Face aos recentes e trágicos desastres ocorridos no sudoeste da Ásia, muitos membros VIVAT marcaram sua presença no local e continuam a se esforçar para responder às necessidades das muitas vítimas.

Comentários, idéias, histórias e notícias de todos os nossos membros são sempre bem-vindos. Alegramo-nos com as intuições especiais, experiências e talentos que os membros de VIVAT possuem e nos sentimos encorajados por todo o trabalho que vocês estão fazendo.

Por favor, enviem seus comentários e sugestões para vini@vivatinternational.org

ÍNDICE

Perigos na Miséria	2	Resposta VIVAT <i>Sudoeste Asiático</i>	8
20 anos de resistência no <i>Vale do Ribeira</i>	4	Um Mundo para a Infância <i>20º. Aniversario CRC</i>	9
Dia Internacional da Paz	6	Natal e Mudanças Climáticas <i>Mensagem do Presidente</i>	10

“Na vida, o mais importante e urgente é o que fazemos pelos demais.”
- Martin Luther King Jr.

Diretoria

Antonio Pernia, SVD
Maria Theresia, SSpS
Judith Vallimont, SSpS
Gregory Pinto, SVD
Mary John Kudiyiruppil, SSpS
Milan Bubak, SVD
Gervase Taratara, CSSp

Associados Reps

Camille Piche, OMI
Maureen O'Malley, MSHR
Marina Cassarino, CMS
Therese Wetta, ASC
Juan Paulo, MCCJ

Administração

Zelia Cordeiro & Felix Jones

Contribuintes Artigos

Mary John, SSpS
Camille Piche, OMI
Daniel Leblanc, OMI
Philip Gibbs, SVD
Rose T. Nolta, SSpS
Sunny Francis, SVD
Lidia Nieves Roja, SSpS

Tradutoras

Espanhol Angelica Sanchez, SSpS
Alemão - Simone Petra, SSpS
Português – Edni Gugelmin, SSpS
Editor
Patrick Hogan, SVD

Criação

Mary Shoumlin & Wiktor Kanrski, SVD

NEW YORK GENEVA
T 646 487 0003 T (41) 022 796 991
viny@vivatinternational.org
geneva@vivatinternational.org

Membros do VIVAT e o Alarmante Problema da Mineração

Por séculos, a mineração tem sido uma fonte de renda em áreas ricas em recursos naturais valiosos. No mundo moderno, algumas fontes de recursos são essenciais para nosso estilo de vida: telefones celulares, carros, tecnologias para computadores e construções de edifícios modernos não seriam possíveis sem a exploração de recursos naturais. Entretanto, enquanto que os efeitos positivos da mineração e o uso de seus recursos podem ser facilmente vistos em toda parte, muitas vezes os efeitos negativos mais urgentes e preocupantes, como os graves riscos à saúde da população local e a degradação alarmante do meio ambiente, passam despercebidos e não são divulgados.

VIVAT e seus membros, juntamente com a Divisão da ONU para o Desenvolvimento Sustentável – ONG Principal, Comitê Internacional da ONU para a Década dos Povos Indígenas e o Grupo de Trabalho sobre a Mineração estão trabalhando para despertar



a consciência sobre os impactos negativos da mineração e persuadir os governos e outros atores a não encorajar a superexploração das terras e a proteger os direitos dos povos indígenas afetados pela mineração. Os efeitos negativos incluem, embora não

estejam limitados a isto, violação dos direitos humanos básicos das comunidades indígenas, corrupção de governos locais e empresas de mineração, levando à distribuição injusta dos lucros, quando não, ignorando completamente o direito das comunidades indígenas sobre esse lucro. Por seus efeitos nocivos, a mineração causa grave ameaça ao meio ambiente e à saúde das comunidades do entorno.

Tais efeitos negativos são amplamente ignorados pelos governos locais e companhias de mineração e os protestos das comunidades atingidas são postos de lado, desconsiderados.

Através de seus membros, VIVAT vem trabalhando em algumas frentes para combater essas injustiças e tornar públicos muitos dos graves atos de corrupção dos governos e companhias de mineração, num esforço para promover os direitos das comunidades indígenas e o desenvolvimento sustentável. A Divisão da ONU para o Desenvolvimento Sustentável

organizou uma Sessão de Revisão para discutir assuntos globais, em cinco questões temáticas: transporte, produtos químicos, gestão de resíduos, mineração, consumo e produção sustentáveis. VIVAT teve um papel ativo na participação da Sessão de Revisão, através do CSD - Programa de Grupos Principais. No programa, as ONGs participantes podem contribuir com um documento que discuta os cinco pontos temáticos, bem como ajudar a compilar informações e pesquisas sobre os tópicos discutidos para o relatório do Secretário Geral para CSD-18. FORCAM SIKKA (Fórum Cendekiawan Asal Manggarai), um parceiro de VIVAT em Maumere, Indonésia, tem sido um membro ativo especial

em tratar das questões da mineração. Como aporte ao relatório do Secretário Geral para CSD-18, FORCAM elaborou uma carta e uma petição contra a mineração, pondo em relevo vários efeitos negativos da mineração, especialmente na Ilha de Flores,

Indonésia. A carta foi amplamente difundida nos governos locais em Flores e foram enviadas cópias aos escritórios do Sr. Susilo Bambang Yuhoyono, Presidente da Indonésia, ao Papa Bento XVI, a vários membros proeminentes do governo da Indonésia e a outros mais. FORCAM também contribuiu com um estudo de caso para o Programa dos Grupos Principais - CSD-18, que focalizou especificamente três distritos de Manggarai, Ilha de Flores, que vem sendo severamente afetados pela exploração mineral e

projetos de escavações.

Para melhor consolidar todas as pesquisas e informações sobre a mineração entre os membros, VIVAT criou um grupo via internet para partilhar documentos, fotos, vídeos e outras informações que digam respeito a seus trabalhos sobre o assunto. Apesar de o grupo ainda estar em fase de crescimento, esperamos que ele se torne um mecanismo importante na articulação dos membros de VIVAT que trabalham com o mesmo objetivo.

IMPACTOS NEGATIVOS DA MINERAÇÃO

Violação básica dos Direitos Humanos:

- Falta de informação sobre consulta e consentimento das **Comunidades** Indígenas envolvidas, portanto;
- Violação do Convênio 169, assinado por muitos países anfitriões;
- Violação da Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas, Art. 10,19,28,29 e 32;
- Compra de terras indígenas, que tradicionalmente são de pertença comunal, e violação dos direitos da terra.

Questões do Meio Ambiente e de Saúde

- Destruição dos recursos naturais, árvores e florestas, recursos hídricos, rios e fontes esgotados, redirecionados ou contaminados;
- Doenças de pele e mortes misteriosas; contaminação e morte do gado;
- Escassez de alimentos devido à contaminação e degradação ambiental
- Destruição e desgaste do solo quando a atividade de mineração tiver acabado; recusa das companhias mineradoras a trabalhar pela recuperação da terra; grande quantidade de resíduos, incluindo o lixo tóxico gerado;
- Rachaduras /danos nas paredes das casas.

Resolução 1888: Vitória para as Mulheres de todo o Mundo

Em 30 de setembro, a Secretária de Estado dos EUA, Hillary Rodham Clinton, presidiu a reunião do Conselho de Segurança da ONU, quando, da a resolução 1888, de 2009, significativo para o avanço das meninas, no mundo. É uma voz do Departamento de Estado em duas declarações prévias do 1325, que foram fundamentais para a resolução de segurança sexual em situações de conflito. “A resolução condena contra mulheres durante os períodos de guerra e reconhece a importância de criar espaços seguros e justiça pelas vítimas. Insta os estados membros a assumirem a responsabilidade de assegurar o cumprimento dos direitos humanos em seus países através de medidas pró-ativas, tais como incluir as mulheres nos esforços de construção da paz. A resolução pede também um/uma Representante Especial da ONU, que irá “conduzir, coordenar e defender o fim da violência sexual contra as mulheres e crianças, relacionadas a conflitos”.



por decisão unânime, foi aprovada. Este documento é extremamente importante, tanto para as mulheres quanto para os homens, tanto dos Estados Unidos quanto dos outros países. Este documento é extremamente importante, tanto para as mulheres quanto para os homens, tanto dos Estados Unidos quanto dos outros países. Este documento é extremamente importante, tanto para as mulheres quanto para os homens, tanto dos Estados Unidos quanto dos outros países.

20 ANOS DE RESISTÊNCIA

Protegendo o Vale do Ribeira

Uma das prioridades fundamentais de VIVAT é defender os direitos dos povos indígenas, segundo o estabelecido pelas Nações Unidas. Coerente com isto, VIVAT tem apoiado ativamente a população dos Quilombos do Brasil em seus esforços pela conquista de seus direitos humanos.

Desde 1989, as comunidades do Vale do Ribeira, do Estado de São Paulo, no Brasil estão exigindo ativamente seus direitos. A Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), do grupo Votorantim, está tentando construir represas ao longo do Rio Ribeira de Iguape, para gerar energia elétrica para suas operações. A Represa do Tijuco Alto, uma das cinco propostas, geraria grande quantidade de energia para a produção do alumínio, principalmente para exportação. Os benefícios disso, entretanto, seriam usufruídos pela corporação, enquanto que seus efeitos negativos recairiam na população local e no meio ambiente. Os membros atuais de VIVAT que trabalham nas comunidades dos Quilombos são da Sociedade do Verbo Divino (SVD) e das Irmãs do Santo Rosário (MHRS). No passado recente, os Espiritanos e as Missionárias Servas do Espírito Santo (MSSPs) também trabalharam lá.

Os Quilombos do Vale do Ribeira são comunidades rurais Afro-Brasileiras, que agrupam descendentes de escravos fugitivos, que hoje vivem da agricultura de subsistência e cuja expressão cultural tem uma forte ligação com o passado. Tendo escapado da escravidão, seus ancestrais formaram assentamentos independentes na região e as comunidades Quilombolas lutam ati-

vamente pelo reconhecimento e titulação de suas terras. A comunidade dos Quilombos tem uma história de opressão e marginalização e a construção da represa só viria complicar ainda mais a vida dessa população. Várias famílias Quilombolas ainda não receberam a documentação legal de suas terras e estão ameaçadas de perder suas casas e os meios de sua subsistência, sem nenhuma compensação por sua remoção.

Como consequência do plano de construção da represa, mais de 230 famílias já foram expulsas de suas terras sem nenhuma indenização. A remoção dessas comunidades traz problemas cruciais e é uma violação aos seus direitos humanos, pois sua sobrevivência ficará comprometida, já que forçosamente será sujeita a um nível de vida muito precário.

A construção da barragem representa uma grande ameaça à região do Vale do Ribeira, a sua rica herança cultural, a sua economia e às comunidades que lá residem. A represa resultaria numa inundação massiva de solo fértil, que alteraria todos os aspectos da vida na região, prejudicando a agricultura e a pesca, portanto, a fonte de renda das comunidades. Grande parte dos resíduos do rio já está contaminada pelo chumbo e por outros metais, que vêm sendo despejados pela atividade mineradora no rio por vários anos. A construção da represa provocaria a contaminação da água pela liberação dos dejetos e causaria séria ameaça às comunidades adjacentes e ao meio ambiente. O desflorestamento e a erosão, como resultados do processo de construção da barragem, reduziriam o rico meio ambiente do Vale do Ribeira, seu potencial para o ecoturismo e o desenvol-



vimento sustentável. Sem a represa, o desenvolvimento do ecoturismo na região é uma possibilidade concreta e poderá melhorar a vida dos habitantes locais.

Os artigos 215 e 216 da Constituição Federal Brasileira estabelecem que o governo tem a responsabilidade de proteger e apoiar os direitos culturais, incluindo a expressão das culturas Afro-Brasileiras. A Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas foi adotada pela Assembléia Geral, em 2007, com o objetivo de acabar com a violação dos direitos humanos, discriminação e marginalização desses povos. Essa declaração, a qual o Brasil apoiou francamente, “promove a completa e efetiva participação nos assuntos que concernem (aos povos indígenas) e seu direito de permanecerem diferentes e seguirem sua própria concepção de desenvolvimento econômico e social”. Com tais compromissos, o governo brasileiro pode ser responsabilizado pelos impactos negativos que a construção de barragens causará aos povos quilombolas do Vale do Ribeira. O MOAB, Movimento dos Ameaçados por Barragens do Vale do Ribeira, foi fundado em 1991 para tratar das questões enfrentadas pela comunidade local, provocadas pelo projeto de construção de barragens ao longo do Rio Iguape. Maria Sueli Berlanga, advogada e ativista, tem sido uma forte defensora dos direitos dos Quilombolas e uma voz contra os grandes problemas que a construção de barragens traria a essa população. Berlanga, juntamente com outros ativistas, Angela Biaglioni, Ewerthon Liborio e Ivo Fiuza SVD juntaram-se às comunidades locais para protestar contra a construção das Barragens. Sob o lema “Terra sim! Barragens, Não”, o MOAB é um ativo defensor da justiça em favor do meio ambiente

e do desenvolvimento sustentável nas comunidades do Vale do Ribeira. Em março de 2009, o MOAB completou 20 anos de resistência, de esforço e persistência na denúncia e reivindicação de seus direitos, o que criou um movimento vigoroso de comunidades, assegurando desta maneira que essa luta também continuará forte.

VIVAT associou-se a Berlanga, à Diocese local de Registro (coordenada pelo Bispo Dom Luis Bertanha, SVD), a seu clero, religiosos@s e agentes de pastoral e à muito bem organizada ONG e grupos em todo o Brasil com o objetivo de cessarem as construções de barragens. VIVAT contactou a Missão do Brasil às Nações Unidas em setembro de 2008, para informá-la sobre os planos de apresentar um documento à Comissão de Direitos Humanos da ONU, abordando o assunto da construção da barragem no Vale do Ribeira. VIVAT apresentou um documento escrito na 12ª sessão do Conselho de Direitos Humanos, em setembro de 2009, sobre Direitos Humanos e Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira. Com a ajuda de contatos no Vale do Ribeira e em Genebra, essa declaração agora faz parte do registro oficial do Conselho de Direitos Humanos e está circulando por todas as delegações da ONU.

Como apoio a esses grupos que estão lutando por seus Direitos Humanos, VIVAT quer chamar a atenção internacional para o caso do Vale do Ribeira. Vamos continuar trabalhando com e pelas comunidades dos Quilombos e defender o “Barragens, Não!”, juntamente com nossos membros de VIVAT e demais corajosos@s ativistas do Vale do Ribeira.

TERRA SIM! BARRAGEM NÃO!



MOAB

**Movimento dos ameaçados por Barragem - Vale do Ribeira
20 Anos de Resistência**

Membros do VIVAT Celebram O Dia Internacional da Paz 2009

O Dia Internacional da Paz, declarado oficialmente pela ONU, teve início em 1982 e é celebrado anualmente em 21 de setembro. Neste ano, os membros VIVAT no mundo todo comemoraram o Dia Internacional (também chamado Dia Mundial da Paz) com liturgias, semanas de orações e outras celebrações de paz. No Chile, nessa data, o Fórum

Espiritual de Santiago pela Paz (CC), realizou vários eventos e serviços pelo Dia Internacional da Paz. A jornada inter-religiosa de orações pela paz constou de oração das comunidades; celebração do dia Internacional da Paz nas escolas, liceus e colégios, com o apoio do Ministério da Educação do Chile, que elaborou guias com atividades, tanto seculares como religiosas, envolvendo docentes e estudantes de todas as idades; encontro inter-religioso, com cantos e orações, incluindo a proclamação em altas vozes da Declaração pela Paz no Mundo.

A Comissão de Justiça, Paz e Integridade da Criação da associação de Superiores/Supe-



Conferência Nacional das Congregações Religiosas, nos Chile, na cerimônia inter-religiosa pela Paz, no Dia Internacional da Paz.

rioras Maiores nas Filipinas (JPICC-AMRSP), também organizou neste ano, numerosos eventos relacionados ao tema. Realizou uma semana de oração em torno do desarmamento, cada dia direcionado a uma forma específica de desarmar a violência, culminando no dia 21 de setembro com um dia de oração para “desarmar a violência no mundo”. A AMRSP também realizou uma Celebração Eucarística que concluiu

com a oração “Sonho da Paz”, enquanto duas pombas eram soltas no espaço.

Eventos e cerimônias em torno do Dia Mundial da Paz aconteceram também em toda parte nos Estados Unidos. Tais eventos incluíram a “Hora Santa” em Memphis, Tennessee, realizada pela Paróquia de São Luis e em Techny, Illinois, as SSpS organizaram o “Toque de Tambores pela Paz”, que usou a música como meio de promover a paz. Finalmente, em Waukegan, Illinois, a Academia de Nossa Senhora organizou um evento que envolveu estudantes e professores no Dia Internacional da Paz. Em todos esses eventos, o objetivo foi sempre o mesmo: tornar o mundo mais pacífico.



OS DIREITOS HUMANOS NA ONU EM GENEBRA

O trabalho pelos Direitos Humanos tem sido parte da agenda das Nações Unidas desde sua criação nos anos 1940. Em torno desse objetivo, a ONU desenvolveu um grande número de instrumentos e mecanismos ao longo desses mais de sessenta anos. Apesar do caráter complexo de sua estrutura e do alcance de seu engajamento, a ONU permanece uma organização acessível e aberta. Isso é tanto mais verdade quando se trata do Conselho pelos Direitos Humanos (DH) e de outras unidades que se referem a questões de direitos. A sociedade civil é uma parceira importante e necessária em todo esse desenvolvimento. Um exemplo claro de como a ONU continua a desenvolver seu trabalho nesse sentido, é a inclusão recente de uma seção dos Direitos Humanos no Conselho dos Direitos Humanos da ONU (UNHCR). O objetivo disso é assegurar que todas as atividades no âmbito dos DH sejam abordadas na perspectiva dos DH. Para assegurar isso, há advogados atuando dentro do CDH da ONU.

O CDH é um dos órgãos no sistema da ONU que promove e acolhe o envolvimento dos Estados não participantes. Esse Conselho se reúne três vezes ao ano e cada uma dessas reuniões conta com a participação ativa de ONGs de todo o mundo. Enquanto algumas delas têm escritório em Genebra, outras vêm especialmente para as reuniões ou para algumas de suas sessões específicas.

As ONGs podem se manifestar nessas reuniões, embora o tempo prescrito seja limitado. Para determinados assuntos, como a inspeção dos países membros com relação aos DH, elas também podem se manifestar.

Recentemente, VIVAT fez uma declaração sobre a situação no Vale do Ribeira, Brasil. Tal Declaração tornou-se agora parte do relatório oficial do Conselho dos Direitos Humanos e, como tal, circulou por todas as delegações. Assim, ganhou publicidade e a delegação brasileira saberá que agora a Declaração faz parte do relatório.

É em Genebra que as 192 nações membros se reúnem e participam nos debates

sobre os Direitos Humanos. As conversações que acontecem em Genebra sobre a situação dos países ou sobre particulares abusos dos DH influenciam as políticas da ONU. Para ter alguma influência nessas discussões é necessário ter presença em Genebra. Porém, nosso envolvimento não termina aí. Nossa relação com o Conselho dos DH da ONU se dá de duas maneiras. Além de ter acesso a instrumentos e mecanismos do Conselho, podemos também engajar-nos ativamente nos vários comitês que são órgãos que monitoram os vários tratados. Por exemplo, o Comitê sobre as várias formas de Discriminação Racial monitora a Convenção Internacional pela Eliminação da Discriminação. Para ajudar no processo de envolvimento de grupos não governamentais a engajar-se no Comitê, o Escritório do Alto Comissariado pelos Direitos humanos produziu “O Manual da Sociedade Civil”. Esse livro está disponível na rede de computadores e pode ser baixado em alguns idiomas. Suas informações são claras e detalhadas. Ele inclui os órgãos importantes da ONU que tratam dos DH e oferece informações práticas àquelas pessoas que desejam envolver-se diretamente. Por exemplo, um dos desenvolvimentos mais recentes é a criação da Inspeção Periódica Universal. Cada país se submete à revisão pelo Conselho durante quatro anos. Etiópia, Camboja e Noruega foram observados no início deste ano e o relatório foi apresentado na reunião do Conselho dos DH em setembro/outubro de 2009. Tais relatórios de inspeções são preparados pela ONU em âmbito nacional.

As ONGs podem colaborar com esses relatórios e isso pode ser uma boa ocasião para por em relevo questões que preocupam nossos associad@s.

O calendário de todos os países e quando serão examinados estão disponíveis na página da web do Escritório do alto Comissariado pelos Direitos Humanos. Conhecer o tempo da inspeção é essencial se os grupos pretendem participar. A Inspeção Periódica do Brasil aconteceu no ano passado (2008) e não ocorrerá nos próximos três anos. Uma observação sobre o site do Alto Comissariado pelos DH: pode ser difícil encontrar o que você está procurando, mas há muitas informações boas e úteis sobre ele.

A rede de escritórios regionais diretamente conectados ao Escritório do Comissariado



Cadeira Quebrada na Praça das Nações, em Genebra

pelos DH inclui “Adis Abeba (Leste Africano), Bangcoc, Beirute (Oriente Médio, Bishkek (Ásia Central), Dakar (Oeste Africano), Panamá (América Latina, com sucursais em Santiago do Chile), Pretória (África do Sul) e Suva (Pacífico). Existem planos para abrir escritórios adicionais que cobrirão o sudoeste da Ásia e África do Norte num futuro próximo. Outros escritórios incluem Angola, Bolívia, Camboja, Colômbia, Guatemala, México, Nepal, Togo e Uganda. Há um escritório em Território Palestino Ocupado e um

em Kosovo (Servia). Esses são alguns dos locais onde as pessoas podem ir para conhecer, levar apoio e informações, como também, para unir-se a outras pessoas e organizações com preocupações semelhantes. O apoio pode ser dado através de cooperação técnica e sugestões a autoridades e outros dirigentes nacionais, para o desenvolvimento de efetivos sistemas de proteção aos direitos humanos.

Resposta de VIVAT aos Desastres no Sudeste da Ásia

Muitos membros de VIVAT no Sudeste Asiático responderam ativamente e continuam seus esforços para ajudar as vítimas dos desastres nacionais em setembro último. No dia 26 de setembro, o tufão Ketsana (conhecido localmente como Ondoy) atingiu as Filipinas com mais chuvas em seis horas que na média do mês. Aproximadamente 860 pessoas morreram em inundações e em deslizamentos de terras. A Cruz Vermelha estima que mais de 300.000 pessoas ficaram desalojadas. No momento, os estragos das enchentes ainda são uma séria ameaça às comunidades na cidade e nas imediações de Manila. A água estagnada das chuvas, propensa a contaminações, é agora uma fonte potencial da leptospirose, doença causada por bactérias transmitidas por ratos, que já fez mais de 150 vítimas fatais desde o início do furacão. Bem Beltran (JUPIC Fil. C), Tony Salas (JUPIC Fil S) e Rosalinda Argosino, membros de VIVAT, entre muitas outras pessoas, estão trabalhando ativamente para auxiliar as vítimas. Alimentos, roupas, remédios e outros produtos mais necessários são coletados para as vítimas. Os membros de JUPIC Filipinas Centro, juntamente com a Universidade São Carlos e a SVD, ajudaram a mobilizar doadores e voluntários no projeto “O Poder do Amor”, para responder às necessidades imediatas das vítimas. Com doações vindas de algumas Províncias SSpS do estrangeiro, a Província do Rosário (Filipinas Norte) está agora na segunda fase de ajuda financeira às vítimas para que reconquistem seus meios de subsistência, reconstruam ou repararem suas

Aproximadamente 860 pessoas morreram nas inundações e deslizamento de terra, enquanto que a Cruz Vermelha estima que mais de 300.000 foram desalojados de suas casas.

moradias e adquiram outros produtos necessários. Os terremotos e subseqüentes tsunamis que abalaram Samoa e Indonésia e tiraram a vida de mais de 1 000 pessoas, em 29 de setembro, causaram grande impacto nas comunidades dessas nações. O dano causado na infraestrutura é uma séria preocupação, pois vários sistemas na rede de água potável foram afetados, ameaçando várias comunidades de ficarem sem água. Paul Rahmat, Coordenador de Júplic da SVD da Província de Java, na Indonésia, trabalhou com Caritas em Pandang, Indonésia, por seis dias, respondendo a emergências do desastre. Milhares de pessoas foram atingidas pelos escombros, o que exigiu suprimentos médicos, alimentos, água e abrigo para os que perderam suas casas. Das mais de 200.000 pessoas afetadas pelos estragos, muitas ainda estão necessitando de auxílio financeiro. A reconstrução da infraestrutura é urgente, bem como de reservatórios para assegurar o suprimento de água às comunidades. Muitos membros de VIVAT ressaltaram a força do espírito humanitário para ajudar uns aos outros, presente durante a tragédia. Ainda há muito a ser feito para ajudar as vítimas, reconstruir as comunidades e aprofundar a questão do abuso humano da natureza, o que poderá tornar ainda mais severos tais desastres. Estejam certos de nosso apoio e oração a todas as vítimas e aos que estão fazendo frente às necessidades do Sudeste da Ásia.

Governança Aprorriada ao Mundo das Crianças

O 20º Aniversário da Convenção sobre os Direitos das Crianças

“Não há confiança mais sagrada que aquela que o mundo deposita nas crianças. Não há dever maior que assegurar que os direitos das crianças sejam assegurados, que seu bem estar seja protegido, que suas vidas sejam livres do medo e da miséria e que possam crescer em paz”. Kofi Annan

O dia 20 de novembro de 2009 marca o 20º aniversário da Convenção sobre os Direitos das Crianças (CDC), o primeiro tratado vinculante a abordar a inclusão universal dos direitos humanos para todas as crianças. Até essa data, 193 países haviam ratificado a Convenção, pronunciando o compromisso global com os direitos das crianças, assegurando-lhes um mundo em que elas sejam respeitadas e protegidas. Constatam-se significativos progressos na realização dos direitos prescritos pela Convenção, mas, muito mais ainda precisa ser feito em um mundo em que muitas crianças são vistas como propriedade e não como pessoas com direitos individuais. A CDC atua como uma base importante, mas, para a concretização dos direitos das crianças é fundamental manter os governos responsáveis pelo seu comprometimento. Boa governança é vital para a realização e proteção dos direitos das crianças. Isso inclui a

prestação de contas, participação, não discriminação, transparência e integridade contra corrupção. O enfoque na construção política necessita de ser centrado nos direitos da criança, uma vez que essas nações se comprometeram a atuar nesse sentido. Por exemplo, a transparência favorece a participação na prestação de contas, assegurando que no orçamento para a educação, o dinheiro seja realmente destinado à educação. Sem a preocupação da sociedade civil com a boa governança e prestação de contas, os direitos universais das crianças vão ficar apenas no papel, sem influenciar a vida das crianças de todo o mundo.

Os governos têm que ser responsáveis pelo avanço dos direitos e da dignidade humana. E é somente exigindo deles a prestação de contas sobre isso que teremos, um dia, um mundo em que os direitos humanos das crianças serão valorizados e cumpridos e o pleno potencial delas será alcançado.



O Que Fazer?

- Proclame a necessidade da realização dos direitos das crianças aos dirigentes governamentais, através da imprensa e de outros meios comunitários; eduque-se para ajudar na conscientização sobre os Direitos Humanos das Crianças;
- Seu país assinou a Convenção sobre os Direitos das Crianças? Pressione o governo para assumir os compromissos de legislar e fazer avançar políticas voltadas aos direitos das crianças e desafie a classe política para legislar dando prioridade a esses direitos;
- Entre em contato com o Escritório Local ou com o Comitê Nacional da UNICEF para saber como promover localmente o avanço da Convenção dos Direitos das Crianças;
- Para mais informações e acesso ao texto completo da CDC, visite <http://www.unicef.org/crc>

Natal e Mudanças Climáticas

Caros Amigos e Amigas,

A leitura do evangelho da Missa da vigília do Natal (Luc 2, 1 - 14) não o diz explicitamente. Apenas insinua que no nascimento do Filho de Deus na terra, também a natureza ou o mundo físico se regozijou. Durante essa noite em Belém, o ar era fresco e as estrelas brilhavam esplendorosamente no céu. Era uma boa oportunidade para desfrutar em campo aberto. E de fato, alguns pastores levaram seus rebanhos para pastar e os vigiaram durante toda a noite. Em dado momento, “O anjo do Senhor apareceu a eles e a glória do Senhor os envolveu em sua luz... e de repente apareceu uma multidão de espíritos celestes com o anjo, louvando a Deus e dizendo: “Glória a Deus no mais alto céu e paz na terra aos humanos de boa vontade”. A noite do nascimento de Jesus foi uma noite de celebração – os anjos, os pastores, as estrelas, a terra, de fato, toda a natureza rejubilou com a chegada à terra do Filho de Deus.

O profeta Isaías já havia profetizado isso. No advento lemos e ouvimos a profecia: “Alegrem-se o deserto e a terra seca. Rejubile-se a estepe e floresça; como o narciso, cubra-se de flores, sim, rejubile-se com grande júbilo e exulte. A terra seca se transformará em brejo e o deserto, em mananciais de água. Onde repousavam os chacais surgirá um campo de juncos e de papiros” (Is. 2, 1-7).

A visão de Isaías nos dá a impressão de que o nascimento do Filho de Deus não é apenas um evento humano e histórico. É também um evento cósmico. Ele traz conseqüências não apenas à vida dos seres humanos ou na história da humanidade, mas também ao bem estar da natureza, da realidade física. Não é de admirar, portanto, que no nascimento do Filho de Deus, a própria natureza canta e celebra, alegra-se e exulta.

Recentemente, no entanto, outra espécie de profecia está sendo feita. São as previsões surgidas das conclusões do Quarto Informe de Avaliação do Painel Intergovernamental para as Mudanças Climáticas (IPCC). Como já é de conhecimento público, o relatório sublinha o contínuo e crescente aquecimento da terra, devido à incessante emissão de gases de efeito estufa. Esse aquecimento global vai levar ao

derretimento generalizado das geleiras e ao aumento do nível do mar, causando, por um lado, inundações desastrosas e por outro, severas secas. Tudo isso coloca em risco o equilíbrio ecológico da terra e a saúde dos seres humanos. Outras graves conseqüências das mudanças climáticas, são, por exemplo, a perda da biodiversidade, a erosão da orla marítima, a extinção de espécies da flora e fauna, a redução da disponibilidade de água, a queda na produtividade da agricultura e o crescimento de incêndios naturais nas florestas.

Mas, sobretudo, o que causa profunda preocupação é a conclusão de que o aquecimento do sistema climático é real e seus primeiros efeitos já estão sendo sentidos. Além disso, dizem que, se nada for feito agora, em 50 ou 70 anos os efeitos serão ainda mais desastrosos e começarão a ser irreversíveis. Tudo isso forma um quadro muito diferente daquele que vimos na profecia de Isaías. Acredito que o Natal é um tempo oportuno para que reflitamos o que está sendo considerado o mais sério problema que a humanidade enfrenta em nossos dias, pois a dimensão cósmica é uma dimensão integral do Natal. Quando a natureza perde sua capacidade de celebrar o nascimento do Filho de Deus, então, alguma coisa foi perdida para o Natal. Quando a natureza já não canta e nem se alegra com a vinda do Senhor, nossa celebração do Natal deixou de ser completa. Natal é, de fato, para nós, um motivo para respeitar e cuidar da natureza, do meio ambiente, ou seja, de nosso mundo físico.

Queridos amigos e amigas, muitas vezes somos tentados a pensar que esse ‘problema mais sério de nosso tempo’ não nos diz respeito, nem diz respeito a nossas pequenas comunidades, referindo-se apenas aos grandes e poderosos – chefes de estado, primeiros ministros, grandes indústrias, corporações multinacionais. Mas, nosso estilo de vida tem conseqüências para o meio ambiente. Portanto, somos chamados a ter um jeito mais simples de viver, mais sustentável e mais amigo do meio ambiente. Por exemplo, “Livesimply” é uma organização na Inglaterra, que acredita que “Deus nos chama a considerarmos seriamente nosso estilo de vida e a escolher viver simples, de maneira sustentável e solidária para com o povo pobre”.

Confira: WWW.cafod.org.uk/livesimply.

Que neste próximo Natal, enquanto adoramos o Menino Jesus deitado na manjedoura em Belém, na companhia de Maria e José, ainda possamos ouvir a natureza cantar e celebrar o nascimento do Filho de Deus. Que o ar ainda esteja fresco, que as estrelas ainda brilhem fortemente, que os anjos ainda cantem alegremente. Mas, já há sinais de que isso pode não mais acontecer no futuro. E se a natureza não mais cantar no Natal?

Neste Natal, agradeçamos a Deus pelo imenso dom de seu Filho nascido entre nós e pelo grande pre-

sente da natureza que celebra Sua chegada na carne. “Glória a Deus no mais alto céu e paz na terra aos humanos de boa vontade”.

E que no novo ano possamos fazer mais esforços pelo cuidado da terra, pela justiça para com os pobres e pela paz no mundo.

*Fraternalmente, no Verbo Divino,
Antonio M. Pernia, SVD
Presidente, VIVAT International*

notícias breves

- Bósnia Herzegovina, Brasil, Gabão, Líbano e Nigéria servirão por um período de dois anos, no Conselho de segurança da ONU, a começar em janeiro de 2010. Os cinco países foram eleitos pela Assembléia Geral, durante votação secreta, na sede da ONU, em Nova Iorque, em outubro de 2009. Os cinco países se juntarão à Áustria, Japão, México, Turquia, e Uganda, cujos mandatos no Conselho expiram em 31 de dezembro de 2010. Os cinco membros permanentes são China, França, Rússia, Reino Unido e Estados Unidos.
- Samoa adotou a Declaração Universal dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas das Nações Unidas, na Terceira Comissão da ONU, em 19 de outubro de 2009, em Nova Iorque. Samoa se absteve de votar a declaração em 13 de setembro de 2007.
- Em 03 de dezembro de 2009, a ONU fará uma celebração mundial pelo 30º aniversário da adoção da Convenção pela Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres.

próximos eventos

- **Janeiro, 11-15**
Seminário VIVAT - Leste África- Nairobi Kenia
- **Janeiro, 27**
Reunião da Diretoria VIVAT – Roma, Itália
- **Fevereiro, 03-12**
Comissão pelo desenvolvimento Social- NY
- **Fevereiro, 11-14**
Fórum de ONGs de orientação Católica, Roma
- **Março, 1-12**
Comissão Estatuto da Mulher, NY - EUA
- **Abril, 19-30**
Fórum Permanente para Assuntos Indígenas – NY
- **Abril, 16-17**
Seminário VIVAT América do Norte, Washington, EUA
- **Abril, 18-24**
JUPIC Região do Euro, Viena, Áustria
- **Abril, 25 – 1º de Maio**
JUPIC – Região Ásia-Pacífico – Bangkok, Tailândia
- **Maio, 3-14**
Comissão Desenvolvimento Sustentável – NY -EUA